

Inflação menor e crescimento em alta: as boas previsões para o ano de 1997

Ajuste das contas públicas e déficit na balança comercial ainda preocupam

Cristina Alves

• Inflação menor, maior crescimento econômico e taxas de juros em queda. Esse é o cenário de dez entre dez analistas para a economia brasileira em 1997. Apesar da expectativa de um ano melhor, as projeções levam em conta que o Governo enfrentará dois grandes desafios no ano que vem: reduzir o déficit público e administrar o déficit na balança comercial.

O economista Flávio Castello Branco, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), está trabalhando com expectativa de que as exportações brasileiras em 97 deverão crescer cerca de 7% em relação a este ano. As importações, no entanto, cresceriam a uma taxa de 10%, impulsionadas em boa parte por uma melhoria no nível de atividade econômica, o que exigiria mais importações de bens de capital e componentes do exterior.

— O aumento das exportações pode ser explicado basicamente pelo pacote de incentivos que o Governo preparou e pela redução do custo Brasil — afirma Castello Branco, acrescentando que prevê déficit de US\$ 6,5 bilhões na balança comercial para o próximo ano. O economista da CNI aposta ainda num crescimento de 4,5% a

5% do Produto Interno Bruto (PIB). Para os índices de preços ao consumidor (IPCs), a previsão é de taxas entre 6% e 8% no ano.

— A gente continua evoluindo de tal forma que o ano de 97 será melhor do que este — resume Francisco de Assis Moura de Melo, do Banco Marka. Sua previsão é de que, na média, os índices de inflação fiquem entre 5% e 7% no ano que vem, portanto, abaixo dos 9% a 11% registrados este ano. A abertura econômica, diz Francisco de Assis, é decisiva para a queda ainda maior da inflação, já que a entrada de produtos importados força a baixa de preços no mercado interno. No entanto, o economista do Marka alerta que não está descartada mudança de preços relativos, ou seja, com deles caindo mais e outros podendo até subir um pouco. Deve ser o caso principalmente dos serviços públicos, que poderão ter tarifas reajustadas nos próximos meses.

O sócio da consultoria Macro-métrica Estevão Kopschitz confirma: está projetando um reajuste de 5% para os combustíveis e de 2% para a energia elétrica no ano além de um provável reajuste de 5% a 6% nos preços dos transportes urbanos. Ele aposta também num crescimento de 5% da economia para o ano que vem.

Outro fator que é praticamente consenso entre os economistas é de que o ano de 1997 não deverá trazer conquistas salariais expressivas para os trabalhadores.

— Não vejo ganhos salariais como ocorreu em 95 e 96 — diz Francisco de Assis.

Claudio Considera, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também não crê em ganhos salariais significativos para o ano que vem, mas faz uma ressalva importante: o processo de ajuste da indústria — provocado pela abertura comercial — já está em fase de conclusão e, com isso, abre espaço para uma retomada na contratação nas fábricas. Quem está ajustado, pronto para competir e crescer, deve criar novos postos de trabalho, raciocina Considera.

— O que preocupa mesmo para o ano que vem é o desempenho da balança comercial — frisa o economista Lauro Faria, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que acredita num déficit de US\$ 8 bilhões para o ano que vem. A inflação não é motivo para dor-de-cabeça, diz ele, já que, na média, os índices deverão ficar em torno de 7% no ano.

— Provavelmente haverá necessidade de algum aperto fiscal ou monetário, mas é cedo para dizer — afirma Faria.

O aperto seria necessário, mesmo levando em conta alguma melhoria nas contas públicas. Lauro Faria, aliás, não gosta de arriscar previsão para o déficit operacional (que exclui correção monetária e inclui os juros da dívida).

Já Estevão Kopschitz, da Macrométrica, aposta numa melhoria de um a dois pontos percentuais nas contas públicas em relação a este ano. O déficit operacional, segundo ele, poderá ficar entre 2,5% a 3,5% do PIB.

Para esta melhoria, a explicação é de um aumento da arrecadação pela recuperação do nível de atividade econômica, cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e do novo Imposto de Renda das empresas, além de queda das despesas com juros da dívida pública. Além, Kopschitz considera pouco provável que o Governo não dê qualquer aumento ao funcionalismo público no ano que vem.

A expectativa de redução dos juros reais também é uma unanimidade entre os analistas. Castello Branco, da CNI, diz que as taxas reais poderão ficar 12% ao ano sobre a variação do IPC (inflação). Com relação ao déficit público operacional, sua previsão é de 2,5% a 3% para o ano que vem, afirma. ■